

“REGIÃO DA GRANDE DOURADOS (MS)”: PLANEJAMENTO E (DES)CONSTRUÇÃO DE UMA REGIÃO

Silvana de Abreu¹

Notas introdutórias

Nesse início de século, vimos acompanhando a retomada dos estudos regionais na geografia, que em época de “globalização”, na última década do século XX, assumiria um papel inexpressivo.

Em muitos casos, a idéia de região e/ou de regional têm se fortalecido como discurso político – que também estava tomado pela escala global, nos anos de 1990 – e, como analisa Lencione (1999, p.198), pode assumir força de ideologia: “a palavra “região” assume caráter ideológico à medida que se torna referência para a construção de mistificações geográficas sendo, por isso um instrumento de manipulação política.”

É o que observamos, por exemplo, com a idéia de Região Centro-Oeste, nas duas décadas de intervenção da SUDECO, em que a Região assumiu o caráter de *nova fronteira* e *região solução*, aspectos mistificadores que, ainda hoje, são incorporados aos discursos políticos e às políticas de ações para o desenvolvimento, que se pulverizam através de associações comerciais, industriais e dos Poderes Municipal e Estadual.

Da mesma forma, é o que ocorreu com a “Região da Grande Dourados”. Realidade construída *no/para* imaginário político-econômico regional/nacional, apoiava-se em uma verdade estabelecida cientificamente: ao Sul de Mato Grosso, os solos são férteis, com grandes faixas de basalto – “terra roxa” – para produção de arroz, milho, soja, amendoim, feijão, trigo etc, o que consolidava esse território, de cerca de 6 milhões de hectares, como “uma região” produtora de alimentos. Apoiava-se também no ideário desenvolvimentista que incorporava as chamadas regiões polarizadas, comandadas pelas chamadas cidades-pólo, como válidas no processo de consolidação do projeto de integração nacional, nos anos setenta e oitenta, do século passado.

Segundo Gomes (1995, p.64), na região funcional (polarizada) *a estruturação do espaço não é vista sob o caráter da uniformidade espacial, mas sim das múltiplas relações que circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado*. Para o autor, há uma valorização dos aspectos econômicos como fundamentos da trocas e fluxos de mercadorias, pessoas (mão de obra), serviços e meios de transporte etc. Motivos pelo qual

¹ Prof^a Dr^a - UFMS/ abreu.s@uol.com.br

são os interesses do capital privado que comandam todo o processo de “construção” regional.

No caso da Grande Dourados, como apontamos, há singularidade/ diversidade, que se lhe atribuía o grau de região polarizada, do ponto de vista político-discursivo, fortalecendo o papel do Sul do Mato Grosso no âmbito dessa unidade federativa, também lhe conferia identidade nacional/internacional, o que se viabilizaria com a ampliação da produção agropecuária, com objetivo de exportação, conforme definição do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-78) e com a retração na importação de produtos como o trigo, por exemplo, que seria introduzido na “Região da Grande Dourados”. Nesse sentido, a Região foi criada oficialmente e seu território definido no contexto do planejamento da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

Aspectos do planejamento e do PRODEGRAN: a Região da Grande Dourados

Criado pela Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste – SUDECO –, via exposição de motivos CDE nº 007/76, de 07 de Abril de 1976, o Programa Especial da Região da Grande Dourados, visava ao *aproveitamento da potencialidade agrícola de que dispõe a região sul do Estado de Mato Grosso*², envolvendo, em 1976, 22 municípios³ – uma área de 84.661 km² – a ser polarizada por Dourados. Os limites do Programa (Figura 01) abrangiam cerca de seis milhões de hectares considerados *amplamente satisfatórios para atividades agrícolas e fácil comunicação com os mercados do Centro-Sul*.⁴

A Região da Grande Dourados nasceu, oficialmente, como uma “área-programa”.⁵ Na justificativa da SUDECO, tratava-se de uma área com elevada produtividade e que se encontrava sob o impacto direto da influência do Estado de São Paulo, em virtude das interações comerciais com as áreas de mercado do Centro-Sul. A idéia era fomentar a infraestrutura necessária para potencializar *vantagens comparativas* já estabelecidas, quais sejam: a fertilidade dos solos e a produção agrícola. A constatação era de que apenas 15,3% da área, estava ocupada com atividade agrícola e os outros 80 % destinavam-se à pecuária extensiva com baixo nível de utilização de tecnologia.

² MINTER/SUDECO, 1976.

³ A saber: Amambai, Anaurilândia, Antonio João, Bataguassu, Bataiporã, Bela Vista, Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Maracaju, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brillhante e Sidrolândia.

⁴ MINTER/SUDECO. (1976, p.32).

⁵ Área-programa é no contexto do planejamento desenvolvimentista uma região a ser potencializada de acordo com suas vantagens comparativas e que tem como pólo uma cidade a ser promovida, no sentido de irradiar o desenvolvimento, podendo ser uma já existente e que “naturalmente” atua como pólo ou até ser planejada e construída, como ocorreu no Polamazônia, por exemplo. Ver. Abreu (2001); Souza (2002).

Dentro da perspectiva apontada, a característica principal seria a implementação de projetos para a área rural da “Grande Dourados”, com a meta de agregar, até 1979, mais de um milhão de toneladas à atual produção local de cereais e oleaginosas, além de promover a incorporação de cerca de 700.000 ha ao sistema produtivo regional, na fase inicial, para chegar até 1,1 milhão de hectares (seriam 200.000 hectares em 1976; 250.000 hectares, em 1977; 250.000 hectares em 1978 e 400.000 hectares em 1979).

As metas e objetivos do PRODEGRAN⁶ eram *fortalecer as atividades produtivas da região e a vocação regional para a exportação de produtos agrícolas e agroindustriais*. Nesse sentido, apareceriam algumas proposições como: incentivar o aumento da produtividade; utilizar práticas conservacionistas de maior tecnificação e modernização das práticas de comercialização; introduzir novas culturas; promover o combate à erosão urbana e intensificar a infra-estrutura capaz de potencializar essas realizações.

Além dessas, havia também discursos acerca de “equipamentos sociais”; uma perspectiva que se perde no decorrer da programação efetivamente elaborada e realizada.

A SUDECO organizou os subprogramas de armazenamento, energia elétrica (rural), transportes (estradas vicinais), controle de erosão urbana, pesquisas agropecuárias, assistência técnica ao produtor rural, promoção da suinocultura, elaboração de planos urbanos de uso do solo e instalação da Bolsa de Cereais de Dourados.

Esse foi um Programa cujos recursos foram viabilizados através do orçamento da União, via Secretaria de Planejamento/Presidência da República. Dos Cr\$2.030.000.000,00 (US\$250,15 milhões) programados para 1976-1979, Cr\$ 430 milhões (US\$52,98 milhão) seriam originários de recursos a fundo perdido, através do FDAE – Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas –, FDPI – Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados – e do governo estadual e destinados para a infra-estrutura básica e meio ambiente; os Cr\$1.600.000.000,00 (US\$197,16 milhões) restantes, seriam destinados para a programação de promoção e viriam através de órgãos de financiamento, como o então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, o Fundo para Financiamento de Pequenas e Médias Empresas e o Sistema Nacional de Crédito Rural. Assim, a SUDECO estabeleceu um sistema integrado entre os órgãos federais, estaduais e municipais para a execução e o acompanhamento físico-financeiro do Programa.

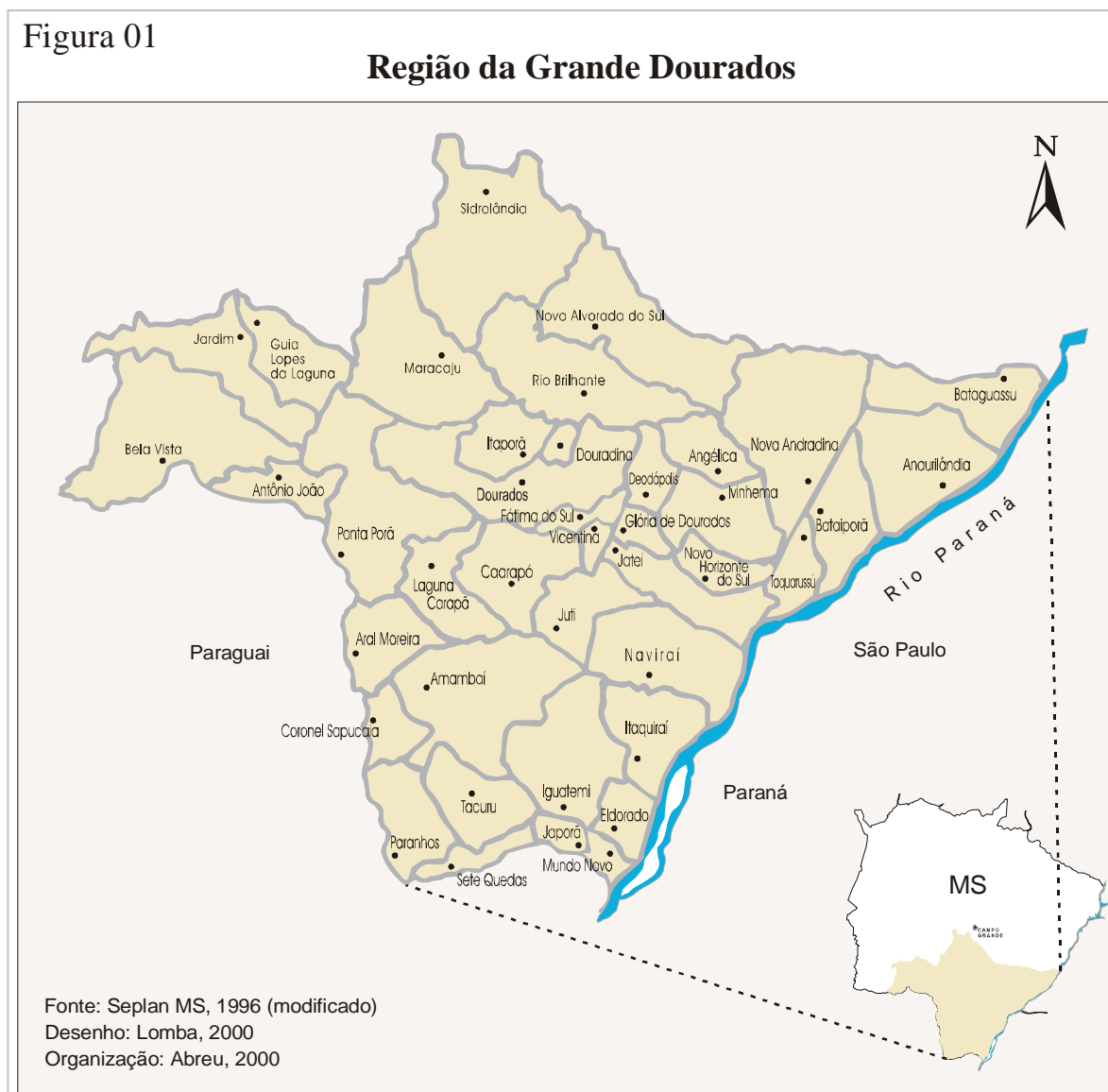
Armazenamento

A proposta de construção de armazéns se dava pela projeção de ampliação do potencial de produção em torno de 10 milhões de toneladas de cereais e grãos. Uma

⁶ SEPLAN/IPEA. *Desempenho do PRODEGRAN (Relatório até junho de 1977)*. Brasília, ago./1977.

perspectiva, fundada na economia de mercado, onde a produção incentivada é aquela que encontra respaldo na balança comercial do mercado mundial.

Essa produção terá um significado econômico muito grande, uma vez que contribuirá para a redução e ou eliminação de itens constantes da nossa pauta de importações (trigo, cevada, alpiste etc) além de participar consideravelmente em nossas exportações (soja, milho etc).⁷



Para atingir os objetivos do Programa foram planejados a construção de unidades armazenadoras capazes de incorporar 400 mil toneladas. A Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), seria o órgão federal responsável pela infra-estrutura de unidades armazenadoras na “Grande Dourados”. Foram consumidos Cr\$120.000.000,00 (US\$4,42 milhões), dos quais Cr\$90.000.000,00 (US\$3,31 milhões) provenientes de

⁷ SEPLAN/IPEA. (1977, p. 7).

recursos federais e Cr\$ 30.000.000,00 (US\$1,10 milhão) da própria CIBRAZEM, em um conjunto de silos metálicos nas cidades de Ponta Porã, Dourados, Maracaju, Sidrolândia e Rio Brillante, para agregar em torno de 60 mil toneladas de capacidade estática de armazenamento. No entanto, foram gastos Cr\$169.000.000,00 (US\$6,22 milhões) para conclusão de 11.000 toneladas, com a construção do silo metálico em Rio Brillante.⁸ Uma perspectiva de recursos e de capacidade de armazenamento, como se vê, muito inferior à idealizada.

Eletrificação rural

A problemática da energia elétrica foi apontada pelos técnicos e ex-funcionários da SUDECO como setor prioritário do Programa. Isso porque, do ponto de vista da incorporação das tecnologias propostas para a agricultura, bem como para a agroindustrialização, a ampliação da distribuição de energia seria fundamental, inclusive no meio rural. Os recursos programados, no período de 1976-1978, foram de Cr\$169.373.000,00 (US\$6,24 milhões) sendo Cr\$31.515.000,00 (US\$1,16 milhão) do Governo de Mato Grosso e Cr\$137.858.000,00 (US\$5,07 milhões) do PRODEGRAN. Esses recursos, que totalizam Cr\$140.821.000,00 (US\$5,18 milhões), foram aplicados para a execução de 855,6 km de rede de transmissão, 7.445 postes e transformação de 21.000 Kw.

A responsabilidade pela elaboração e execução dos vários projetos seria da empresa Centrais Elétricas Mato-Grossense. Inicialmente previu-se a construção de 1.400 km de linhas de transmissão e subestações com capacidade de 123 MVA, além da instalação de 3.800 postes, o que despenderia Cr\$ 275.000.000,00 (US\$10,13 milhões). A programação responderia pela instalação, nos municípios da região da Grande Dourados, de 16 postes de Linhas de Transmissão/LT; 02 Subestações/SE; 03 Centros Operacionais, um em Dourados, um em Ponta Porã e outro em Maracaju; além de beneficiar 30 cidades com rede de distribuição/RD.

Pelo que verificamos, as realizações não ocorreram desse modo, mesmo porque os recursos não foram viabilizados conforme o programado. O resultado foi um déficit de recurso em torno de Cr\$105.627.000,00 (US\$3,89 milhão) e a realização de uma capacidade de apenas 78 MVA, que representaria 62% dos recursos previstos para a realização de 63% da programação.

Usada como propaganda oficial, a chegada da eletrificação significou alterações nos hábitos do homem do campo. Essa leitura já aparecia, inclusive, na imprensa oficial. Fazemos menção a “Revista Interior” :

⁸ Além de outros quatro, que foram concluídos *à posteriori*.

*(...) com a eletrificação, veio a televisão e, com ela, uma revolução nos hábitos e aspirações do homem do campo. Assim, ele que às 19 ou 20 horas já estava na cama, agora só vai dormir muito mais tarde (...) isto depois de receber toda uma carga sobre as maravilhas da vida na cidade. É fácil concluir que muitos não resistem ao apelo e acabem deixando o campo.*⁹

Obviamente, a questão do êxodo rural está menos relacionada ao fascínio exercido pela cidade e mais ao próprio processo de expansão da monocultura e ao abandono da prática da policultura, que acaba por induzir o agricultor a satisfazer suas necessidades no mercado urbano. Tem também a questão das linhas de crédito que se voltam para a produção comercial como o soja e o trigo, de modo que estão atreladas à incorporação da tecnologia disponível: tratores, semeadoras, colheitadeiras etc, que o agricultor descapitalizado não consegue incorporar. Razões de expulsão do campo a que um periódico oficial, não faz referência.

Outro aspecto importante está relacionado com o custo da eletrificação rural. Segundo o então presidente da Cooperativa de Eletrificação, Moacyr de Azevedo,¹⁰ o financiamento era realizado, em média, para seis anos, sendo que, quando os trabalhos começaram, os juros eram 9% ao ano. Daí passaram a 12%, depois a 15%, chegando no início dos anos oitenta, a 45%. Isto para o usuário rural, principalmente o pequeno agricultor, seria um juro elevadíssimo, mesmo porque o número de associados à Cooperativa era diminuto, de modo que os prejuízos provenientes do aumento dos custos da dívida eram divididos entre poucos.

Vias de transporte e escoamento da produção

A falta de estradas foi apontada, juntamente com o fator energia elétrica, como um dos grandes problemas de infra-estrutura verificados para a potencialização da produção.

(...) sua deficiente malha viária (quer federal, quer estadual), que vem impedindo um acesso racional de sua produção agropecuária aos grandes mercados consumidores e, conseqüentemente, ocasionando grandes perdas, desestimulando o desenvolvimento mais acentuado da área e

⁹ Revista *Interior*. (nov./dez 1982, p.16).

¹⁰ *ibid*

*dificultando a implantação de uma tecnologia moderna em toda sua dimensão.*¹¹

No PRODEGRAN se previu a construção de 600 km de estradas-tronco, até 1979. Para 1977, estava programada a construção da rodovia GD-1 (Caarapó/Carapã/BR-463), com 53 km e custos de Cr\$16.000.000,00 (US\$1,13 milhão), tendo sido iniciada e terminada e também a GD-2 (Dourados/Picadinha/Itahum), com 50 km. O relatório de 1977 informaria a disposição do DERMAT em colocar recursos próprios para serem compensados posteriormente, uma vez que essas eram estradas para viabilizar o escoamento da produção agrícola dos municípios de Caarapó, Dourados, Ponta Porã e Maracaju.

Havia também outros trechos planejados no Programa, como o GD-3 (Posto Tagi/Rio Verde do Sul/Amambai, com 20 km) e o GD-4 (Lagoa do Borevi/Lagonita/Carapã, com 43 km); Sidrolândia/Usina de Álcool (8 km) e Maracaju/Água Fria (25 km).

A conclusão dessa malha viária previa um acréscimo de 199 km em estradas no Mato Grosso, além da pavimentação asfáltica de 30 dos 115 km, ligando Dourados a Ponta Porã (BR-463), a um custo de Cr\$80.000.000,00 (US\$5,67 milhões), dos quais Cr\$40.000.000,00 (US\$2,83 milhões) do PRODEGRAN e o restante do DNER, que seria o órgão responsável pela execução.

O custo total com transporte ficou muito acima do programado que era de Cr\$48.000.000,00 (US\$2,6 milhões). Os recursos federais foram de Cr\$130.000.000,00 (US\$7,22 milhões), além de Cr\$10.000.000,00 (US\$555,5 mil) de Mato Grosso, mais Cr\$40.000.000,00 (US\$2,22 milhões) do DNER, totalizando Cr\$ 180 milhões (US\$10 milhões). Esse elevado montante despendido propiciou a execução de 295 km, contudo, em termos de realizações ficou muito aquém do previsto inicialmente (600 km), embora estivesse acima do que fora planejado no Programa (199 km). A diferença de 96 km entre o planejado e o realizado explica-se pela construção de vias rurais, carroçáveis, para permitir a condução da produção até as rodovias existentes, para as quais não encontramos mensuração.

Controle da erosão, pesquisa e apoio ao produtor

A formação geológica Arenito-Caiuá e a ocupação territorial baseada na pecuária e nas culturas de algodão e café, no Sul do então Mato Grosso, promoveram um processo erosivo intenso em alguns municípios localizados nessa área-programa, de modo a afetar grandes faixas de terras, tanto no campo como nas cidades. Em função disso, a questão da erosão, segundo um ex-funcionário da SUDECO, Aguinaldo Lélis, acabou sendo

¹¹ Revista *Interior* (nov./dez 1982, p.11).

incorporada no Programa pela própria interferência desse processo nos resultados pretendidos pelo PRODEGRAN.

Foram realizados estudos através do DEGRAM – Departamento de Coordenação Regional e Articulação com os Municípios –, um órgão estadual que elaborou o diagnóstico e apontou situação de alerta em sete dos municípios da “Grande Dourados”, contudo, os recursos ficaram em torno de Cr\$94.000.000,00 (US\$6,67 milhões), juntando aqueles provenientes do Programa com recursos dos próprios municípios. Foram eles: Amambai, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Naviraí, Nova Andradina e Ponta Porã. Tais estudos previram custos de Cr\$586.000.000,00 (US\$41,56 milhões) para as obras de combate à erosão em toda a área-programa. Foram realizadas obras de drenagem (terraplanagem, galerias de água pluviais, canais, bocas-de-lobo etc), a fim de evitar o avanço progressivo das voçorocas e de novos desmoronamentos nas cidades de Glória de Dourados e Ponta Porã, principalmente, mas outras cidades também vieram a receber recursos com essa finalidade, é o caso de Ivinhema e Nova Andradina.

A pesquisa agropecuária e a assistência técnica consolidaram também dois subprogramas que surgem no PRODEGRAN como apoio ao objetivo principal que é aumentar a produtividade e ampliar as áreas de plantio a fim de fomentar vantagens comparativas existentes. A responsável pela elaboração e execução da pesquisa agropecuária para determinação das melhores variedades e condições de plantio de diversas culturas como: o milho, o amendoim, o algodão e principalmente trigo e soja foi a EMBRAPA, cuja unidade foi instalada em Dourados *com objetivo de desenvolver modernos e adequados sistemas de produção para os principais produtos agrícolas já explorados na região, além de assentar a ocupação de vasta área ainda não utilizada.*¹²

Para a pesquisa, foram previstos Cr\$24.000.000,00 (US\$2,25 milhões), cujo destino seria a implantação da Unidade de Pesquisa. Entre 1976 e 1977, foi adquirida uma área de 137,5 ha para a implantação e operação desta Unidade, instalação de sua infra-estrutura e implantação de subprojetos de pesquisa, principalmente de soja, trigo e milho. Para a pesquisa direcionada para a introdução de novos cultivares foi liberado, até dezembro de 1978, um montante de Cr\$42.119.000,00 (US\$2,34 milhões), dos quais Cr\$22.000.000,00 (US\$1,22 milhão) do PRODEGRAN e Cr\$20.119.000,00 (US\$1,11 milhão) da EMBRAPA.

Para garantir a incorporação das novas técnicas e equipamentos modernos, bem como acompanhar a produção, a EMBRATER, em colaboração com a EMATER (MT), foram os órgãos responsáveis pela programação de assistência técnica para os produtores da “Região da Grande Dourados”. Além de transferir novas técnicas e tecnificação ao plantio das culturas tradicionais, foram implementadas novas culturas, como é o caso do trigo, que

¹² Revista *Interior* (nov./dez 1982, p.15).

acabou incorporado à produção em um revezamento que se convencionou chamar de binômio soja-trigo¹³ e que consolidou, regionalmente e até em escala nacional, a “Região da Grande Dourados” como “celeiro agrícola”, uma terminologia usada, especialmente no âmbito da política, até os dias atuais.

Dos recursos planejados para a pesquisa, o PRODEGRAN liberou Cr\$22.000.000,00 (US\$1,22 milhão), além de Cr\$20.119.000,00 (US\$1,11 milhão) da própria EMBRAPA, o que totalizou Cr\$42.119.000,00 (US\$2,33 milhão). Para a assistência técnica, estavam previstos gastos de Cr\$10.000.000,00 (US\$938,5 mil) e foram liberados Cr\$27.003.000,00 (US\$1,5 milhão), bem mais do que foi programado.

(Re)produção do conhecimento e promoção comercial: a Faculdade de Agronomia de Dourados e a Bolsa de Cereais de Dourados

Outro projeto do Programa estava relacionado a formação de profissionais para fomentar o processo de modernização da agricultura em curso, de modo que o PRODEGRAN previa a criação da Escola de Agronomia de Dourados, na época, dentro da Universidade Estadual de Mato Grosso, atualmente Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Obviamente, que a localização dessa faculdade se transformou em luta política “do interior”, em que empenharam-se as forças políticas de Dourados e Campo Grande. O resultado (político) prático seria a criação do curso de veterinária, em Campo Grande, e agronomia, em Dourados. Aspectos do planejamento que procura conciliar os interesses políticos, econômicos e técnicos para viabilização dos objetivos propostos.

Para efeito de Promoção da produção regional, o PRODEGRAN planejou a instalação da Bolsa de Cereais de Dourados com o objetivo de eliminar os atravessadores de mercado, bem como garantir as informações sobre as cotações nacionais e internacionais dos produtos agrícolas e, também, os estudos para a implantação e desenvolvimento integrado da suinocultura na área-programa.

Segundo o relatório final do Programa (1979), a instalação da Bolsa de Cereais, através da Bolsa de Valores de São Paulo, teria acontecido em 19/08/1977, na Faculdade de Agronomia, em Dourados. Para sua instalação seriam destinados Cr\$300.000,00 (US\$21,28 mil) e para sua manutenção Cr\$200.000,00 (US\$14,18 mil), dos quais apenas Cr\$100.000,00 (US\$5,55 mil) foram liberados pela SUDECO. A explicação para a não liberação de todo o recurso foi que a Secretaria de Agricultura de Mato Grosso não teria apresentado o Certificado de Auditoria emitido pelo Tribunal de Contas do Estado. Contudo, não encontramos evidências que comprove a efetiva implantação, localização e funcionamento da Bolsa de Cereais de Dourados.

¹³ Ver Brum (1988); Silva (1992).

No que concerne ao projeto de suinocultura, os estudos foram realizados através de convênio entre a SUDECO e a Fundação de Estudo e Pesquisa em Medicina Veterinária Preventiva, com o objetivo de fomentar a industrialização de seus derivados e do beneficiamento de produtos agrícolas para alimentação animal, todavia só o projeto técnico foi finalizado, não sendo colocado em prática. Pelo menos não nos anos de 1970 e não no PRODEGRAN. A implementação da suinocultura ocorreria na última década do século XX e tem se consolidado como um fator de diversificação econômica face à crise de investimento do Estado, que refletiu na retração das culturas de trigo e soja nos municípios da “Grande Dourados”.¹⁴

Para uma análise mais geral do Programa elaboramos o Quadro 01, que resume o que foi programado e o que foi executado durante seu período de vigência.

Notadamente os subprogramas de infra-estrutura (transporte, energia e armazenamento) ficaram com a maior “fatia do bolo”, apesar da quebra de recursos para a programação, justificadas por atrasos nos repasses do tesouro estadual e de outros órgãos parceiros no Programa.

Quadro 01

Desempenho do PRODEGRAN por subprograma (1976/1979)

(X Cr\$1.000/US\$1.000)

| DESEMPENHO | PROGRAMADO | | EXECUTADO | |
|-------------------------------|------------|-----------|-----------|-----------|
| | CR\$ | US\$ | CR\$ | US\$ |
| TRANSPORTE | 48.000 | 1.768,60 | 180.000 | 6.631,88 |
| ARMAZENAMENTO | 450.000 | 16.579,70 | 120.000 | 4.421,25 |
| ENERGIA | 275.000 | 10.132,04 | 169.373 | 6.421,25 |
| COMBATE À EROSÃO | 74.000 | 2.726,44 | 94.039 | 3.464,75 |
| PESQUISA E ASSIST. TÉCNICA | 34.000 | 1.252,68 | 69.114 | 2.546,42 |
| PROMOÇÃO E APOIO LOGÍSTICO | 37.000 | 1.363,22 | 18.251 | 672,43 |
| TOTAL | 928.000 | 34.191,03 | 650.783 | 23.977,31 |

Fonte : Relatórios de desempenho e acompanhamento do PRODEGRAN.¹⁵

¹⁴ Ver Lamoso & Silva (1997)

¹⁵ Os recursos apresentados resultam da soma dos recursos federais (do Programa) com aqueles originários de outros órgãos como a EMBRAPA, DERSUL, DNER, e que estão especificados no texto.

Obs1: Cotação dólar média/ano de 1979 = US\$27,14161644.

Segundo Aguinaldo Lélis¹⁶, esse Programa priorizou a ampliação da rede de eletrificação rural como um subprograma fundamental para atingir os objetivos gerais. Em seu dizer,

(...) ele era um Programa de desenvolvimento para incorporação, no processo produtivo, de toda aquela Região da Grande Dourados, só que o item de maior peso era a eletrificação. Em termos de absorção de recursos o item que absorveu maior volume foi a eletrificação rural. Lá, se fez uma rede monobásica (...), mas não bastava fazer só a eletrificação para que pudesse ocorrer a incorporação das áreas ao sistema produtivo, porque a região de Dourados, hoje, deve ser uma das maiores regiões produtoras do Centro-Oeste e do País, e isso foi muito em função do PRODEGRAN, porque ele contemplou, só e basicamente infra-estruturas econômicas: energia, transporte, eletrificação rural, estradas vicinais, estradas de escoamento e armazenagem. (...). O PRODEGRAN financiou galerias de águas pluviais porque Dourados, me lembro até hoje, tinha um problema sério de inundação, então, quando chovia muito, várias partes da cidade ficavam alagadas, então, se fez um sistema de galerias pluviais gigantesco com recurso federal do PRODEGRAN, mas (...) ele tinha a preocupação de ser um programa de desenvolvimento econômico. De incorporação de área e de aumento de produção.(...) Agora, de qualquer forma, o grande viés foi a eletrificação e infra-estrutura econômica. (grifo nosso)

Os valores apresentados no Quadro 01 não indicam que os gastos com eletrificação foram os mais elevados, como afirmou o ex-funcionário, no entanto, a sua afirmação procede pois, em eletrificação foram realizados 60% do programado, enquanto, em transporte, não se atingiu 50%, e em armazenamento, nem 15%. (Figuras 01 e 02)

Desse modo, as condições geradas nesse período de atuação do PRODEGRAN devem ser consideradas, ainda que não superdimensionadas, para compreender o processo de incorporação de técnicas e tecnologias agrícolas em terras do Sul mato-grossense, que se expressaram, inclusive, nos muitos representantes comerciais para a venda desses equipamentos e sementes. Mas, há, principalmente, uma ampliação na área plantada e um

¹⁶ Entrevista realizada. Ver. Abreu (2001)

dos elementos mais visíveis foi a eliminação dos pomares e hortas, dos galinheiros e pocilgas nas propriedades rurais, principalmente nas pequenas propriedades e nos lotes da antiga Colônia Agrícola de Dourados, com área original de 30 hectares, onde os agricultores plantavam soja até em volta da casa. Nesse processo, o agricultor deixa de produzir para sua subsistência, passando a comprar o gás, o óleo, a manteiga, os ovos, o leite, a carne e outros produtos de primeira necessidade, nos mercados, nas vilas e cidades próximas. Veja-se este texto:

“__ Hoje, só não se planta soja no vaso que fica em cima da mesa da sala.”.(...) o produtor Luiz da Mota Guedes, que (...) veio do Paraná e comprou um lote na Colônia Agrícola, dá como exemplo o seu próprio caso.(...) Quando percebeu que todo mundo estava plantando soja ele também aderiu e, hoje, ao sair pela porta da sua casa e caminhar cinco passos, já está em meio aos grãos. O que acontece com Luiz Guedes repete-se praticamente em todos os 10 mil lotes da Colônia, o que pode ser comprovado sobrevoando-se a região: o que se vê são plantações e mais plantações de soja, em meio às quais existem apenas as casas e quase nada mais.¹⁷

Em estudos da Fundação João Pinheiro (1980), principalmente no que concerne à cultura da soja, na área do atual Mato Grosso do Sul, em 1977, há um aumento de 217.126 hectares (47%) em relação à área plantada, em 1975, e um aumento de 367.966 toneladas (42%) em relação à produção, no mesmo período, o que levou os técnicos da Fundação a concluir como (...) *fato reconhecido que a soja, no Estado de Mato Grosso do Sul é cultivada principalmente, na região de Grande Dourados.*¹⁸

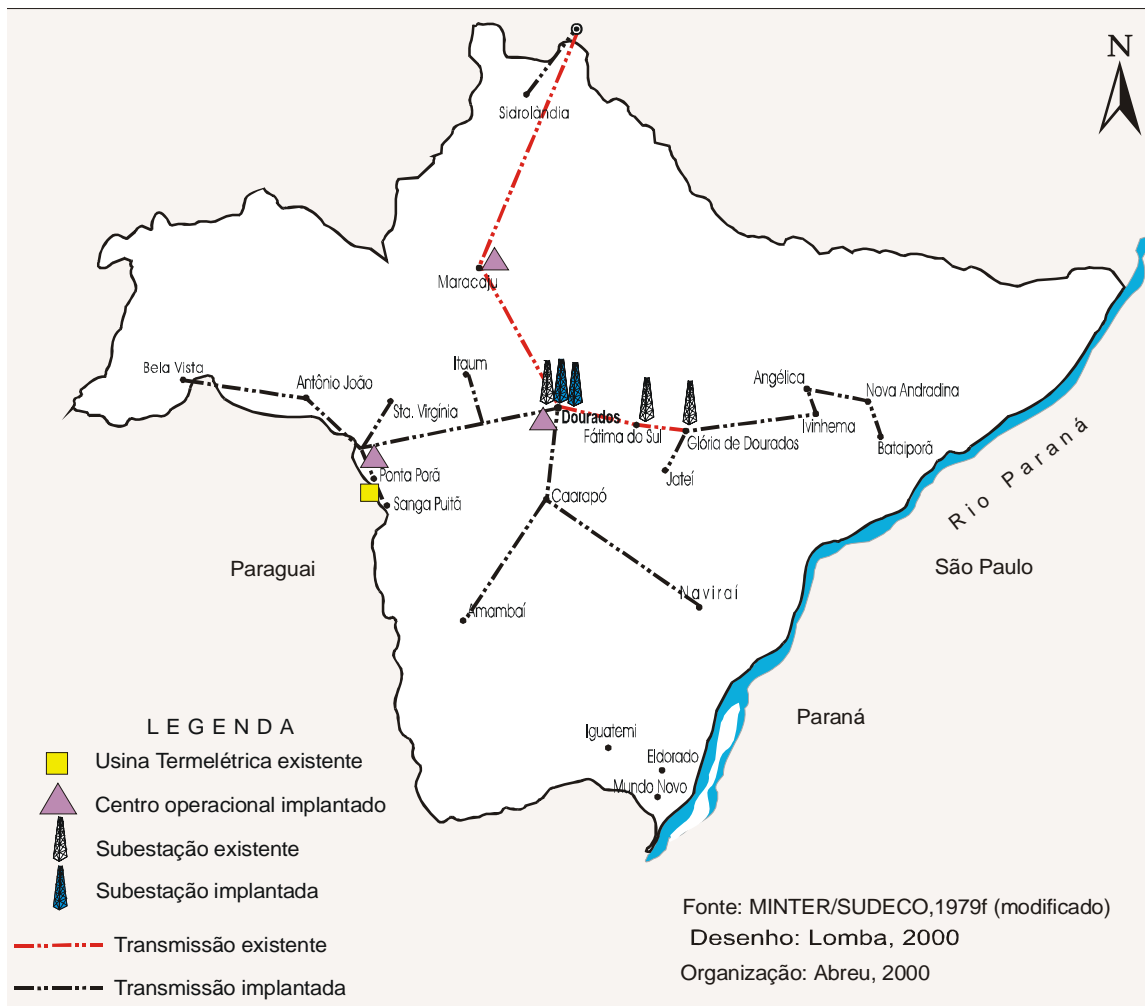
O crescimento da produção agrícola da “Grande Dourados” teria sido, na maior parte, decorrência da incorporação de novas áreas, mais do que efetivamente acréscimos na produtividade. A produção da soja/trigo terá mais expressão, na medida em que áreas tradicionalmente de pecuária extensiva, como os Campos de Vacarias, seriam ocupados (em sistema de arrendamento) pelo “granjeiros” (gaúchos) que implantaram a monocultura da soja com alto nível de mecanização e financiamento agrícola.

¹⁷ Revista *Interior* (nov./dez 1982, p.15).

¹⁸ Fundação João Pinheiro (1980, p. 103).

Figura 02

PRODEGRAN - sistema elétrico implantado

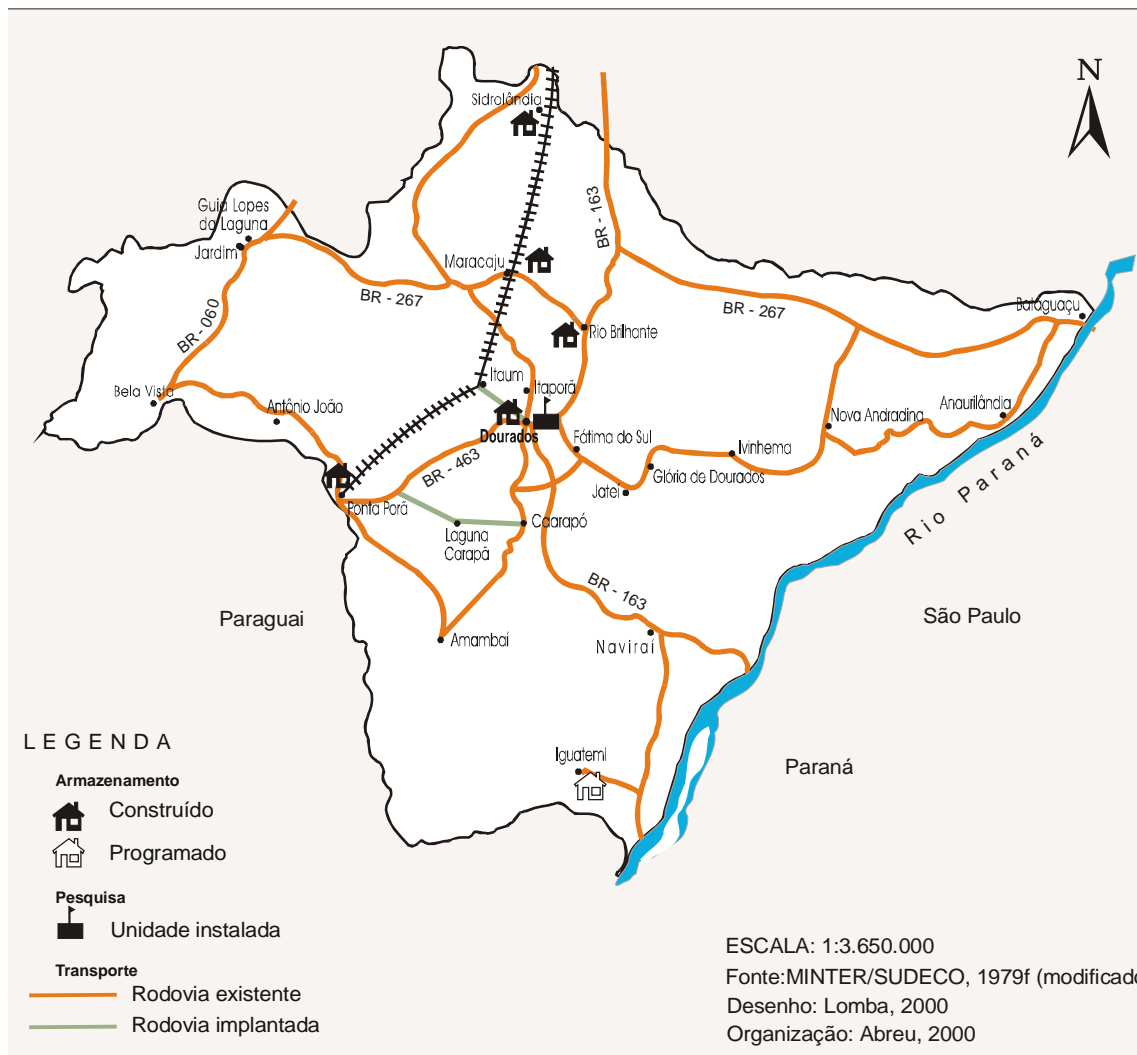


Entre 1974-75, a produtividade média era de 1.391 kg, para uma área plantada de 480.567 hectares. No período 1976-77, essa produtividade foi de 1.369 kg, para uma área plantada de 876.002 hectares.¹⁹ O que fica demonstrado nestes dados é que, apesar da incorporação de sementes melhoradas e da utilização de insumos e máquinas, as alterações no aumento da produção decorreram da expansão horizontal. Ao PRODEGRAN cabia como responsabilidade precípua, justamente o desenvolvimento de uma agricultura de alta produtividade. Foi exatamente nessa direção que a EMBRAPA, a EMBRATER e a Faculdade de Agronomia, em Dourados, foram inseridas no Programa, não foi o que ocorreu.

¹⁹ MINTER/SUDECO. PRODEGRAN/1976-1978. *Relatório final*. Brasília, 1979.

Figura 03

PRODEGRAN - infra-estrutura e pesquisa



Contudo, a análise da baixa produtividade não invalida a real ampliação da produção agrícola na área-programa, especialmente de cunho comercial. A soja, por exemplo, que em 1974 tinha uma produção de 254.713 toneladas, em 1977 atingia 679.247 toneladas: uma realidade que os técnicos da SUDECO constataram e que serviu para a Superintendência manter a área sob programação mesmo com a extinção do Programa, em 1979, através do PROSUL.

Um outro elemento importante é que de acordo com os Censos Agropecuários (IBGE), comparativamente, a média de produção das principais culturas da “Grande Dourados”, entre 1975 e 1978, é de 1.027.964 toneladas, enquanto em toda área do atual Mato Grosso do Sul é de 2.205.746 toneladas, o que representa em torno de 46% de toda a produção estadual. Relação semelhante ocorreu com a área plantada, que representa em torno de 43% daquela plantada no atual Mato Grosso do Sul. Em 1989, ainda, o Mato Grosso do Sul produzia 31% da soja nacional, basicamente na “Grande Dourados”.

Essa é uma avaliação que, para a área-programa, teria ressaltado o papel da “Grande Dourados” como *celeiro agrícola* do País²⁰, o que atraiu imigrantes, o capital comercial, o capital agroindustrial e o capital financeiro - que ampliou consideravelmente o número de agências bancárias²¹, nos anos oitenta. Fatores que, inclusive, contribuíram para justificar, do ponto de vista do planejamento, a divisão político-administrativa do Mato Grosso, como uma política regional de desenvolvimento.

Nesse sentido, o planejamento “cria uma região”. Nesses termos, os recursos e seu direcionamento foram programados para atender frações da classe dominante já instaladas ou em vias de instalação: é o caso de complexos industriais como esmagadoras de soja e frigoríficos que viriam a ser implantados, principalmente, nos anos oitenta. Nesse contexto de incorporação e valorização do capital, o então Mato-Grosso foi dividido.

Aspectos da crise do planejamento e da Região da Grande Dourados ...

Os recursos que financiaram Programas Especiais como o PRODEGRAN e boa parte das políticas de investimento em infra-estrutura e crédito, em todo o Brasil, foram garantidos com poupança externa. E, de fato, promoveram o crescimento da produção de soja, principalmente, para exportação. Não foi coincidência que o Brasil apareceria como o 2º maior exportador de alimentos, nem que o Sul mato-grossense, atual Mato Grosso do Sul, saltasse, em área plantada de 14,5%, em 1975, para 62,3%, em 1985.

Assim, segundo Abreu (2001), com imenso endividamento externo e inflação alta o País adentrou a penúltima década do século XX, trazendo em seu bojo a crise do planejamento desenvolvimentista e o despertar de movimentos sociais e de conceitos adormecidos que envolviam direitos humanos e sociais como: a democracia, a reforma agrária e, igualmente, a polêmica ambiental.

Trazia, ainda uma nova configuração territorial, com a divisão do antigo Mato Grosso em duas novas unidades da federação. A SUDECO incorporará o discurso de *Nova Fronteira*, em que inseriu-se o desmembramento do território do antigo Mato Grosso.

A *Nova Fronteira* imporia a “especialização” e a “descentralização” como uma nova roupagem e direcionamento para as ações de planejamento no Brasil e no Mato Grosso, que deveria ser partido dentro da lógica espacial proposta. Para o Sul, atual Mato Grosso do Sul, foi definido o aprofundamento do processo agroindustrial com a possibilidade de atrair

²⁰ (...) *a única alternativa que o Governo teria, a curtíssimo prazo para ampliar a sua fronteira agrícola com culturas temporárias, em número superior a 10% da atual fronteira (cerca de 45 milhões de hectares)*. MINTER/SUDECO. (1979, p.25).

²¹ Somente em 1981 foram implantadas 10 agências bancárias em Dourados, totalizando 25 agências para uma cidade que nesse período contava com pouco mais de 100 mil habitantes.

unidades industriais para efetivar a desconcentração industrial, tão propagada como uma política de planejamento do desenvolvimento e da distribuição da riqueza.

Nesse contexto, a Região da Grande Dourados, mais especificamente a cidade de Dourados, receberia melhorias urbanas, serviços, cursos universitários, hospitais, agências bancárias e comércio variado, uma vez que era considerada, dentro do próprio Mato Grosso do Sul, estratégica pela sua capacidade produtiva e pela incorporação de novas tecnologias e insumos: máquinas, implementos agrícolas e tratores, agrotóxicos.

Esta situação contribuiu para promover uma reconfiguração na estrutura fundiária, uma vez que as pequenas propriedades, resultado do loteamento da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1948) e de outros projetos de colonização privada, por exemplo, em boa parte, foram vendidas.

Anos noventa: aspectos da (des)construção regional. A nova Região da Grande Dourados...

Os anos noventa chegam trazendo um “novo” conceito de Estado – o Estado-Nação entra em crise de significado –, alimentados pelo discurso neoliberal em voga e o discurso da globalização. Nesse sentido, os conglomerados de capital industrial nacional e/ou multinacional assumiriam, explicitamente, a (re)organização do processo de produção, em Mato Grosso do Sul, imprimindo diversificação e nova dinâmica espacial, até pela impossibilidade do Poder Público continuar conduzindo o processo dentro dos seus interesses: estamos falando da suinocultura, da avicultura, da helicicultura, fruticultura, horticultura etc, instaladas no Sul do estado e que mudariam completamente a “paisagem”, inserindo, inclusive novas relações e ritmos de trabalho, em grande parte calcado na pequena e média propriedade, no trabalho familiar, de modo que a família será incorporada ao ritmo de produção do grande capital industrial.

Essa condição promove uma retração na idéia de Região da Grande Dourados, que passaria a incorporar outras denominações, como “Cone Sul de Mato Grosso do Sul”, por exemplo. Aspectos que tem sentido no discurso de globalização que vai suprimir o discurso das disparidades regionais que alimentava as políticas dos anos 70 e 80 do século XX.

Segundo Gomes (1995, p.71), globalização é uma palavra que

expressa a idéia de uma economia unificada, de uma dinâmica cultural hegemônica, de uma sociedade que só pode ser compreendida como um processo de reprodução social global. Este debate incide, pois, sobre as relações antagônicas entre conjuntos de Estados e, sobretudo, no interior deste como uma oposição entre Estado e regiões.

Nesse sentido, geógrafos, economistas, historiadores, entre outros, apontaram, na última década do século, para os novos tempos, onde a lógica é da homogeneização do espaço. A lógica de ocupação e de estruturação econômica que se impõe, a partir dos anos noventa, vai definir, ao agora Mato Grosso do Sul e à Região da Grande Dourados, novos papéis no âmbito da economia regional e nacional, qual seja, intensificar a verticalização da produção ligada principalmente a atividade agropecuária, bem como criar condições favoráveis para a desconcentração industrial. (Souza, 2002)

Trata-se de responder a lógica homogenizadora e a fase assumida pelo capital, cuja base é o regime de acumulação flexível. Nesse sentido, impõe-se a reorganização do sistema produtivo capitalista que passa a se caracterizar pelo aumento da competição imposta por atores globais e por apresentar uma base discursiva de desenvolvimento econômico “global e sustentável ambientalmente”. Especificamente aos territórios voltados para a produção agropecuária, como é o caso da “Grande Dourados”, vem ocorrendo o processo de industrialização do campo, já concebido como uma empresa subordinada às demandas impostas pela indústria.

Segundo Souza (2002, p.322), vemos os conglomerados industriais internacionais “engolirem” agroindústrias regionais e nacionais implantadas em Mato Grosso do Sul, a partir da segunda metade da última década. É o caso de Dourados-MS, por exemplo, onde, ocorreram mudanças substanciais em termos de origem do capital das principais empresas instaladas no Distrito Industrial. Houve a venda da COOAGRI – capital originário de uma cooperativa –, um abatedouro de frango de capital nacional, para um grupo chinês. É o caso da FATISUL, de capital regional, originário do comércio, e que já fora Copaza (do grupo regional Zahran), vendida para o grupo português Campo Oeste. Tem a Piratini Produtos Alimentícios Ltda, que era capital de origem regional que agora pertence a um grupo francês (hoje Doux Frangosul, capital francês), que se instalou em Caarapó, além da chegada da ADM, da Bertin entre outros grupos, na parte austral do estado.

No final da última década do século, os sinais negativos da política neoliberal e “globalizante” já eram evidentes: intenso empobrecimento da população, a economia estadual controlada pelas transnacionais ligadas ao complexo agroindustrial, inclusive, com a substituição de capitais regionais e nacionais pelos capitais chinês, suíço, português etc.

De acordo com Rattner (2000, p.17):

O modelo neoliberal, caracterizado pela abertura e desregulação dos mercados, a privatização das empresas públicas e a precarização das relações de trabalho, aprofundou a assimetria social e econômica e transformou os milhões de desempregados em marginalizados e excluídos do

convívio social. As disparidades entre riqueza e miséria engendram anomias sociais – violência, crimes, corrupção em todos os níveis, uso e tráfico de drogas, contrabando de armas, prostituição infantil, comércio de órgãos etc.

Segundo o autor, após as ações implementadas face aos preceitos do Consenso de Washington, os efeitos da globalização tem assustado, inclusive seus mentores e responsáveis que *estão confusos e inseguros diante das conseqüências desastrosas manifestadas em todos os quadrantes...* (p.12).

Movimentos sociais fortes e organizados, como o Movimento dos Sem Terra, por exemplo, resultantes do processo histórico de expropriação da terra e da miserabilidade se fortalecem no desemprego estrutural gestado. Da mesma forma que ONG, organizações de defesa ao consumidor, associações de moradores e movimentos regionalistas exercem pressão política sobre os governos. Mesmo setores conservadores da sociedade buscam possibilidades de uma participação mais efetiva nas decisões. Além disso, existe a preocupação com a corrupção e o mau uso do erário público.

Esses entre outros elementos podem ser explicativos da eleição de “Zeca do PT”, um sindicalista para governar um estado onde predomina a oligarquia agrária formada pelos grandes fazendeiros de gado e soja, em Mato Grosso do Sul.

Trata-se de compreender, como nos aponta Chauí (1989), as relações de conformismo e resistência inerentes à luta de classes em uma sociedade capitalista democrática, onde o pleito eleitoral pode representar o descontentamento (em geral, devido abusos) com arranjos políticos tradicionais, que favorecem frações de classe dominantes, representadas por velhas e novas oligarquias, consolidando, em geral, uma burocracia corrupta. É o caso de Mato Grosso do Sul.

Além do aspecto político-administrativo específico no estado, nesse início de século, é possível observar também a retomada do discurso regional, já nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), mas que vai encontrar no Governo de José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT, grande respaldo.

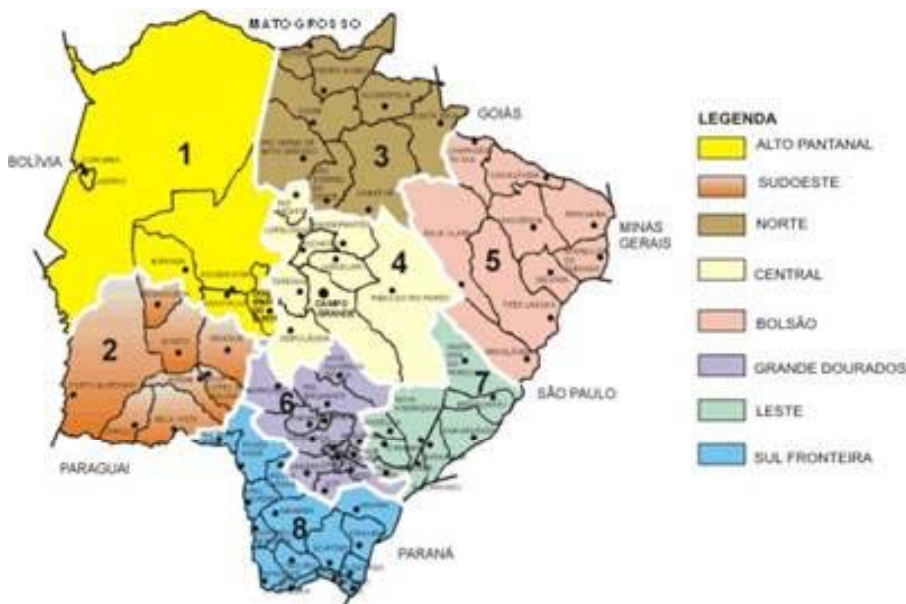
Trata-se da retomada, por exemplo, dos chamados pólos de desenvolvimento, na política estadual de desenvolvimento econômico, entre eles Dourados. O governo estadual procura conciliar o projeto dos eixos estruturadores²² do governo federal (Fernando Henrique Cardoso), do estado mínimo, com o discurso de polarização, do estado provedor, de modo que ressurgem o discurso de Dourados como pólo de desenvolvimento

²² Sobre os eixos de desenvolvimento ver: Araujo (2000), Souza (2002) entre outros.

agroindustrial, aspecto que retoma a Região da Grande Dourados, que é redefinida nesse processo, assumindo uma outra configuração espacial, agora menor. São 13 os municípios que dela fazem parte: Dourados, Itaporã, Douradina, Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados, Deodápolis, Juti, Caarapó, Nova Alvorada do Sul, Maracaju, Rio Brilhante.

O discurso do governo vai retomar e fortalecer o papel do planejamento estratégico, para o qual foi elaborado o documento “Cenários e estratégias de longo prazo – MS 2020”²³, cujo objetivo foi analisar o momento vivido e apontar cenários possíveis para o futuro (20 anos). A partir do chamado “MS 2020”, foi pensada a elaboração de uma regionalização do estado, dividido em oito regiões (diferentes das microrregiões homogêneas do IBGE) e seus Planos Regionais de Desenvolvimento. (Figura 04)

Figura 04 - MATO GROSSO DO SUL - Regiões de Planejamento



²³ Mato Grosso do Sul. Secretaria de Planejamento e de Ciência e Tecnologia & MS Gás. **MS 2020 – Cenários e estratégias de longo prazo** (2000)

A repercussão dessa nova divisão regional foi imediata, inclusive porque os Planos Regionais de Desenvolvimento dela decorrente, consolidaram os chamados COREDES – Conselhos Regionais de Desenvolvimento – para cada uma das regiões. Segundo Dantas (2004), a regionalização proposta passou a ser incorporada para a definição das ações de governo. O aspecto interessante desse processo de regionalização foram as reações de políticos regionais. O descontentamento por parte daqueles que ficaram fora da Grande Dourados.

É o caso de Laguna Carapã, por exemplo, um município desmembrado de Ponta Porá, mas cujas relações, no dizer de seus representantes, estão mais diretamente vinculadas a Dourados do que a Ponta Porá, que ficou como o maior município da Região Sul-Fronteira. Aspectos políticos, certamente, motivados pela compreensão de que Dourados é “região de expansão”, enquanto a Sul-Fronteira seria uma região de problemas.

Nesse sentido, nos reportamos novamente a Gomes (1995, p.72) quando analisa que a palavra região tem em sua etimologia o sentido de domínio (*regere*), “de relação entre um poder central e um espaço diversificado”. De modo que toda proposição regional e/ou afirmação de uma regionalidade “tem uma proposição política, sob um ângulo territorial”. Tem portanto, significado. É o caso da “Região da Grande Dourados”.

Trata-se, ao mesmo tempo, de retomar a identidade regional subtraída pela dimensão político-econômica, que inclusive tem excluído a “Região” dos projetos estruturadores do Governo Federal²⁴, e de fortalecer *um outro* poder político -regionalista, baseado tanto nos movimentos sociais, como é o exemplo do movimento para a criação da Universidade Federal da Grande Dourados²⁵, como na construção de uma identidade que permita fazer frente (para se inserir) aos grandes empreendimentos agroindustriais e de infra-estrutura econômica.

²⁴ Os Planos Plurianuais dos governos de Fernando Henrique Cardoso, Brasil em ação e Avança Brasil, contavam com uma carteira de projetos, considerados estruturadores, para todo o Brasil. No caso do Mato Grosso do Sul, alguns podemos citar: gasoduto Bolívia Brasil - GASBOL(Corumbá-Campo Grande-Tres Lagoas) e Programa Pantanal, os mais expressivos, mas que não estão voltados para Dourados. O único projeto, o da Ferroeste, passando por Dourados, com destino ao Porto de Paranaguá, não tem nem previsão de sair do papel. Essa situação, colocada já no início do Governo Zeca, provocaria uma disputa entre os chamados pólos e suas áreas de influência, alimentados pela guerra fiscal, de modo que já no começo de seu primeiro governo, não se mediu esforços no sentido de inserir Dourados, na rota do GASBOL, por exemplo. Aspectos já trabalhados por Silva (2003) entre outros.

²⁵ O Campi Universitário de Dourados, da UFMS, entrou com projeto de desmembramento para formação da Universidade Federal da Grande Dourados. Um processo de partilha que encontra forte apelo político, mas que se justifica na pesquisa desenvolvida, na prestação de serviços (educação e saúde) e na sua “área de influência”, mas em uma identidade cultural construída sob a influência dos paraguaios, indígenas, nordestinos, gaúchos, paulistas etc.

Aspectos importantes para compreender, como aponta Gomes (1995), que a globalização, se pretende uma homogeneização, não é o que acontece na prática, uma vez que não elimina a diversidade espacial, antes pelo contrário acentua.

Em nossa análise, não se trata de um processo de resistência à globalização, ainda que de alguma forma o seja, mas sim de um processo que por um lado fortalece o singular, mas por outro favorece a desigualdade sócio-espacial, uma vez que os investimentos são concentrados em alguns setores e lugares. Ratifica-se, portanto o capitalismo e a manutenção do *status quo* de uma sociedade que é por princípio: desigual, concentradora e expansionista.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. *Planejamento governamental: A SUDECO no espaço mato-grossense. Contexto, propósitos e contradições*. São Paulo, USP, 2001. (Tese Doutorado)
- ANDRADE, M. C. *Espaço, polarização e desenvolvimento*. 5.ed. São Paulo, Atlas, 1987.
- ARAÚJO, T. B. “Brasil nos anos 90 : opções estratégicas e dinâmica regional” In : *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Recife (PE), ANPPUR, Ano I , nº 2, Março,2000.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO. *Programa Especial da Região da Grande Dourados*. Brasília (DF), julho de 1976.
- BRASIL. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO/IPEA. *Desempenho do PRODEGRAN. (Relatório até junho de 1977)*. Brasília (DF), agosto de 1977.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDECO. *(Prodegran/1976-1978. Relatório final*. Brasília (DF), 1979.
- BRUM, A J. *Modernização da agricultura – trigo e soja*. Campinas (SP), Vozes, 1988.
- CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Caracterização do setor produtivo – caracterização do setor industrial de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul*. Belo Horizonte, 1980.
- LAMOSO, L. P. & SILVA, W. G. da. O complexo agroindustrial da suinocultura no município de Dourados – MS. In: *Revista de Geografia*. Ano III, nº 6 Campo Grande : Edufms/AGB. Jul/Dez. 1997, p.31-38.
- MATO GROSSO DO SUL. “Cenários e estratégias de longo prazo – MS 2020”, Campo Grande-MS, 2000.
- MINTER/SUDECO. *Programa Especial Da Região da Grande Dourados*. Brasília, Julho, 1976.
- RATTNER, H(org.). *Brasil no limiar do século XXI* São Paulo, Fapesp/Edusp, 2000.
- REVISTA INTERIOR. Ano IX, nº 47, Brasília: MINTER, nov./dez 1982.
- SILVA, A.I. *Desenvolvimento e ideologia: O caso da proposta de implantação do duto Campo Grande-Dourados e o ideário da sociedade civil da microrregião de Dourados*. Dourados, UFMS, 2003. (Monografia de Bacharelado)
- SILVA, M. C. T. *Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados*. São Paulo, USP, Dissertação (Mestrado), 1992.
- SILVA, M.C.T *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*. São Paulo, USP, 2000. (Tese Doutorado)
- SOUZA, A O *Distrito Industrial de Dourados (MS) : intenções, resultados e perspectivas*. Presidente Prudente : FCT/Unesp. Dissertação (Mestrado), 1995.

SOUZA, A.O. *Distrito Industrial de Dourados: intenções, resultados e perspectivas*. São Paulo, USP/FFLCH, Tese (Doutorado), 2002.